

Livro nº. 7
Folha 22
ff



**MUNICÍPIO DE
TERRAS DE BOURO**

QUADRIÉNIO 2009/2012

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2014/11/28

Ata da Assembleia Municipal de 28 de Novembro de 2014

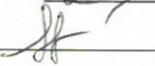
----- Aos vinte e oito dias do mês de Novembro do ano de dois mil e catorze, pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. **Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do n.º 2, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;** -----
2. **Análise e votação da Proposta sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis;** -----
3. **Análise e votação da Proposta sobre a participação variável no IRS;** ----
4. **Análise e votação da Proposta sobre a Derrama;** -----
5. **Análise e votação da Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem;** -----
6. **Análise e votação de “Constituição da Sociedade Unipessoal da ADERE-PG”;** -----
7. **Análise e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para 2015.** -----

----- Assumiu a Presidência desta reunião o Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Guilherme José Coelho Alves, tendo o senhor Vítor Fernandes assumido o lugar de primeiro secretário e a senhora Marinha Neves o lugar de segunda secretária.

----- Estiveram presentes nesta sessão a representar a Câmara Municipal o Presidente do Executivo, Dr. Joaquim José Cracel Viana, e os vereadores Dr.ª Liliana Machado, Dr. António Afonso e Dr. António Cunha. Estiveram presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de vinte e sete, tendo-se verificado a falta justificada do senhor deputado João Luís de Campos Esteves, que foi substituído nos termos da lei pela senhora deputada Eva Sousa, e do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valdosende. -----

----- Comprovada a existência de “quórum”, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, começando o Primeiro Secretário por dar conhecimento da correspondência recebida e tendo colocado a mesma à disposição para consulta. -----



----- Ainda neste período, o senhor Presidente da Assembleia Municipal comunicou aos presentes a receção nos serviços municipais, já no dia de hoje, de um ofício do Agrupamento de Saúde ACES Cávado II Gerês / Cabreira, a solicitar à Assembleia Municipal a designação do substituto do senhor Avelino Soares no Conselho da Comunidade enquanto representante do Município de Terras de Bouro naquele órgão do ACES. Colocado à consideração para necessária inclusão na ordem de trabalhos, foi esta aprovada por unanimidade e, assim sendo, este assunto passou a constar da ordem de trabalhos como oitavo ponto da respetiva agenda. -----

----- De seguida, procedeu-se à análise da ata da sessão anterior, de vinte e seis de setembro, que não mereceu qualquer intervenção, sendo, logo de seguida, colocada à votação e aprovada por unanimidade. -----

----- Após esta fase inicial, passou-se ao período de antes da ordem do dia. -----

----- Inscreveram-se para usar da palavra os seguintes deputados municipais: Manuel Tibo, Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta, Manuel Sousa, do Movimento Partido da Terra, Manuel Cerqueira, da Coligação "Juntos por Terras de Bouro", Sónia Coura, da Coligação "Juntos por Terras de Bouro", José Alberto Martins, da Coligação "Juntos por Terras de Bouro" e António Lages, do Partido Socialista. -----

----- Iniciou então a sua intervenção o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta com uma saudação inicial a todos os presentes e colocando, logo de seguida, à consideração da Mesa e da Assembleia Municipal a elaboração e apresentação de uma proposta que visasse um protesto pela situação da Saúde em Terras de Bouro. Com efeito, prosseguiu o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta, seria muito importante e oportuna uma tomada de posição sobre a falta de médicos, enfermeiros e assistentes administrativos e operacionais que condicionam o funcionamento do Centro de Saúde de Terras de Bouro e a sua extensão em Rio Caldo, o que origina uma imensa dificuldade aos terrabourenses que queiram ter acesso aos normais cuidados de saúde a que legitimamente têm direito. Sem dúvida, concluiu o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta, que é muito importante que todos se comprometam com este protesto que terá que chegar à ARS Norte de uma forma oficial para tentar alterar a situação inadmissível que se vive. -----

----- Sobres esta última intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal assumiu a palavra para reiterar esta posição, dizendo que é realmente muito grave o que se passa e que tal problema já se arrasta há muito tempo, sendo de todo importante que esta Assembleia se pronuncie sobre esta matéria. -----

----- Logo de seguida e sobre o mesmo assunto interveio o senhor deputado Alexandre Pereira para afirmar que a Assembleia Municipal de Terras de Bouro deveria contestar esta posição do ACES Gerês / Cabreira, pois além de já ter adiado várias vezes a inauguração das novas instalações na sede do concelho, também não se vê capacidade para resolver este grave problema de falta de médicos. A Assembleia Municipal, continuou o senhor deputado, devia manifestar o seu repúdio e censura já hoje e não deixar arrastar esta decisão para a próxima sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal retomou logo a seguir a palavra para convidar o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta a redigir uma proposta tendo em vista a sua inclusão, após votação para o efeito, na ordem de trabalhos. -----

----- Sobre esta matéria, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta redigiu então o referido documento que, depois de colocado à consideração, a sua inclusão na ordem de trabalhos foi aprovada por unanimidade, justificada pela pertinência e urgência do assunto. -----

----- Ainda neste período, usou igualmente da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para sublinhar que a responsabilidade da situação hoje aqui focada não é só da Direção do ACES Gerês/Cabreira, mas sim do Governo e da ARS Norte que não disponibilizam os recursos humanos necessários ao normal funcionamento dos Centros de Saúde. Aliás, informou o Senhor Presidente, a ARS Norte não permitiu que o Município colocasse dois funcionários no Centro de Saúde de Rio Caldo como forma de tentar minorar os problemas de falta de pessoal administrativo aí existentes e, assim, os protestos têm ainda mais razão para existir. -----

----- Posteriormente interveio o senhor deputado Manuel Sousa do Movimento Partido da Terra, nos moldes que de seguida se transcrevem na íntegra: -----

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhor Presidente da Câmara, -----

Caros colegas Deputados Municipais, -----

Caros cidadãos, -----

Pretendo felicitar a Câmara Municipal pela Festa Comemorativa dos 500 anos do Foral e pela organização da Feira de S. Martinho com a presença da TVI, que permitiu trazer muitos visitantes e permitiu uma projeção nacional das nossas terras com alguns apontamentos de reportagem em áreas de interesse. Esta é a divulgação que muito necessitamos para todo país e além-fronteiras porque é a forma de captarmos

turismo, que tanto necessitamos. Em relação ao problema da Estrada Nacional 205-3, no Lugar de S. Pantaleão, Balança, confirmamos que a mesma finalmente já se encontra em execução. Da parte do MPT e como prometido nesta Assembleia, tratamos de contactar, quer por telefone, quer por escrito, a Estradas de Portugal no sentido de serem abreviados os trabalhos. De acordo com as Estradas de Portugal, trata-se de uma zona sensível em que a estrada é suportada por um muro já muito antigo. Mais informa a EP que, em Abril de 2014, a autarquia foi informada que a anomalia registada teve origem em fenómenos de escorrência de água proveniente de um caminho municipal localizado no topo da encosta do lado da escavação. Foi feita alguma vistoria à rede e respetivos trabalhos nos órgãos de drenagem como o solicitado pela EP, para evitar que, em situação de pluviosidade intensa, a situação se repita? -----

Na sessão de Assembleia anterior questioneei o Sr. Presidente se era verdade que a obra no passeio da marginal de Rio Caldo tinha ficado inacabada por falta de pagamento à empresa adjudicada. Em resposta, disse que não foi por falta de dinheiro. A empresa em questão pediu a interrupção das obras no Verão para satisfazer pedidos de emigrantes. De acordo com o jornal O Amarense: "a substituição do passeio em madeira na Marina de Rio Caldo está parada porque a Câmara não tem capacidade financeira, nesta altura, para pagar o que resta da obra ao empreiteiro" e como argumento diz que é uma situação normal por causa da obra de requalificação no Gerês que para ser iniciada precisava de ter a verba total assegurada. Primeiro, mentiu na resposta que me foi dada dias antes nesta Assembleia. Segundo, a obra no Gerês, que já estava prevista para iniciar em Maio, não estava com verba assegurada? Promete que a obra da marginal reinicie ainda este ano – estamos próximos do fim de 2014, compromete-se a cumprir? Achamos estranho que se interrompam obras públicas por opção do construtor como disse na reunião anterior. -----

Foi tornado público o relatório com o Índice de Transparência Municipal, que mede o grau de transparência das Câmaras Municipais através de uma análise da informação disponibilizada aos cidadãos nos seus sites em 76 indicadores. Em 2013 Terras de Bouro estava na posição 256 com 23 pontos no índice ITM (na escala de 0 a 100) e este ano ficou no lugar 216 com 27 pontos. Tem conhecimento destes resultados? O que tem feito o Município para a melhoria do índice de transparência aos cidadãos? Qual o compromisso do Executivo para que o Município tenha outra transparência e não fique no fundo da tabela como mau exemplo? A 15-10-2014 o Sr. Presidente

enviou uma carta a um munícipe como conclusão de uma reclamação apresentada, de um edifício em ruínas, na Travessa do Ramalhão, na Vila do Gerês. Em resposta é dito que: “os herdeiros foram contactados e nada fizeram e o Município não dispõe, neste momento, de fundos disponíveis para executar obras da responsabilidade de particulares”. No entanto, acrescenta na carta, uma nota manuscrita onde diz: “mas vamos dispor”. Não tem dotação orçamental nem para colocar proteção e assim evitar derrocadas nos edifícios contíguos? Fica a situação por resolver por tempo indeterminado? O relatório de vistoria, com data de 15-05-2014, descreve o avançado estado de degradação do imóvel e a iminente queda, nomeadamente da fachada localizada sobre a habitação do reclamante. No relatório diz: “a ocorrência de desprendimento dos elementos é iminente, pondo em risco pessoas e bens”. Mais: “A habitação não reúne as condições mínimas de salubridade (...) sendo de referir a existência de vários tipos de resíduos que poderão pôr em risco a saúde pública”. Já que os herdeiros não fizeram obras no prazo de 20 dias, como o solicitado no relatório, deveria a Câmara Municipal tomar posse administrativa, conforme o previsto no art.º 89 do Decreto-Lei 26/2010 de 30 de Março. Ameaça os herdeiros deste poder do Município, mas até agora tratou-se meramente de uma ameaça. Sr. Presidente, o que se dispõe a fazer? -----

Já aqui se falou no novo Centro de informação e interpretação de Vilarinho das Furnas, um investimento a rondar os 149 mil euros. Para além de questionarmos a utilidade deste Centro Interpretativo, fico perplexo ao saber que se está a gastar um valor avultado, quando se trata de um terreno cedido em regime de comodato pela EDP, por um período de 5 anos, que apesar de renovável não dá qualquer garantia de manutenção futura na posse da autarquia. Além do mais, a EDP é subconcessionária desta parcela até 31 de Dezembro de 2052, salvo denúncia por qualquer das partes. Que garantias de segurança existem para a autarquia fazer um investimento de 149 mil euros num terreno com base num contrato de comodato a uma subconcessionária? -----

A Câmara Municipal encontra-se a vender terrenos a preços de saldo. Como está a decorrer a venda? Quem terá a responsabilidade de pagar as obras de urbanização? O comprador ou o município? Se é o município porque não as efetuou sem antes colocar os terrenos à venda? Várias pessoas queixaram-se que prestaram serviços ao município de vários tipos e não receberam qualquer pagamento até à data. Queremos saber se é verdade? Na altura em que apresentei a proposta de criação de uma

comissão de inquérito sobre a cobrança de valores prescritos, tinha a noção de que estava a solicitar algo que não se encontra devidamente regulamentado no atual Regimento da Assembleia Municipal. A sua aprovação implicaria um outro processo de revisão do regimento. Por essa razão, irei apresentar uma proposta de alteração do Regimento da Assembleia Municipal para a criação de comissões ou grupos de trabalho, como forma de fiscalização da atividade do Município. Encaminharei a mesma por escrito ao Senhor Presidente da Assembleia e posterior encaminhamento para os restantes membros, para votação na próxima sessão. Desde já os meus agradecimentos pelos esclarecimentos." (fim de citação) -----

----- Posteriormente, interveio o senhor deputado Manuel Cerqueira que depois de cumprimentar todos os presentes abordou a questão do passeio junto ao Posto de Turismo em Rio Caldo e de como se lamenta o estado daquela estrutura. Continuando a sua intervenção, aludiu à presença dos atletas campeões do mundo de remo em Rio Caldo, recentemente, para treinar e de como foi lamentável que estes tivessem que esperar que se contactasse a Câmara Municipal para terem permissão para colocar as embarcações na água. Seria importante, frisou o senhor deputado Manuel Cerqueira, que no futuro se agilisassem estes procedimentos para atletas desta craveira que nos visitam não tenham que passar por estas burocracias, sublinhou. -----

----- A senhora deputada Sónia Coura protagonizou a intervenção seguinte para demonstrar a sua mágoa pelo facto de ter sido convidada para integrar a *Comissão de Comemoração dos 500 anos do Foral de Terras de Bouro*, mas nem por uma única vez foi ouvida ou consultada sobre coisa alguma relativamente às comemorações, não serviu assim para nada a sua nomeação e lamenta-se por esse facto. -----

----- Assumi seguidamente a palavra o senhor deputado José Alberto Martins que começou por saudar os presentes e felicitar o trabalho desenvolvido pelo Município na última Feira de S. Martinho. Tratou-se de um investimento considerável, sublinhou o senhor deputado, com boas perspetivas para o futuro, é certo, mas por quanto terá ficado esse investimento ao Município, interrogou também. O senhor deputado José Alberto Martins abordou igualmente o facto de apesar de todos os elementos da Assembleia Municipal e outras entidades locais terem sido convidados para estarem presentes na cerimónia pública da abertura da Feira, a verdade é que havia muitas cadeiras vazias, o que se lamenta e é, sem dúvida, muito desconfortável para quem estiver presente, ainda mais se recebermos importantes dirigentes públicos como foi o caso, reforçando o apelo para que, no futuro, tais situações se possam evitar. -----

----- Prosseguindo a sua intervenção, mas fazendo agora um balanço do ano civil que nesta altura finda, o senhor deputado José Alberto Martins questionou a situação da piscina municipal, do Parque da Vila, da revisão do PDM, da segurança rodoviária e ainda os critérios empregues na aquisição e prestação de bens e serviços pela câmara municipal. Continuando, o senhor deputado aludiu depois à concessão do bar da Marina de Rio Caldo, à possibilidade de prestação de cuidados de saúde para seniores, à promoção do turismo com *outdoors* e ainda, depois de um pedido seu, à demora exagerada da resposta da CIM Cávado relativamente à taxa de execução dos projetos no concelho. -----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao senhor deputado António Lages com cumprimentos iniciais a todos os presentes e na sua intervenção fez questão de enaltecer e elogiar o trabalho desenvolvido pelo executivo municipal nas Comemorações dos 500 anos do Foral de Terras de Bouro, na Maratona do Gerês e na Feira de S. Martinho, sublinhando que é assim que se promove e divulga o concelho, deixando os parabéns ao Presidente da Câmara. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou seguidamente a responder às respetivas questões e solicitações de esclarecimento, não sem antes saudar todos os elementos da Assembleia Municipal e abordando, logo de seguida, a intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta, afirmou que os grandes responsáveis pelo atual estado da saúde em Terras de Bouro são, por inerência a ARS-Norte e o próprio Governo. A Câmara Municipal tem envidado os esforços possíveis para minorar os problemas mas cabe a estas entidades a resolução da situação, sublinhou o Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Relativamente à intervenção do senhor deputado Manuel Sousa, do MPT, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por agradecer as felicitações e já sobre a situação rodoviária de S. Pantaleão, esclareceu que existe um caminho da parte de cima da estrada, uma via já muito antiga e que, segundo as Estradas de Portugal, causaria a existência de água da chuva na estrada nacional, querendo esta empresa que o município assumisse a drenagem de água do respetivo caminho. Ora, a Câmara Municipal não faz drenagem de caminhos rurais nem tem que se responsabilizar por obras que são da responsabilidade das Estradas de Portugal, afirmando o Senhor Presidente que esta situação é, realmente, insustentável por parte das Estradas de Portugal, uma vez que o caminho em causa não provoca qualquer problema para a Estrada Nacional. No que diz respeito ao passeio em Rio Caldo, se o

Sr. deputado leu no jornal "O Amarense" notícias não coincidentes com as informações do Presidente da Câmara, isso não significa que o Presidente tenha mentido. Há muitas notícias que não correspondem à realidade, comentou o Sr. Presidente, acrescentando que já foi pago um quarto da obra em causa e a empresa avançará em breve para terminar a intervenção, adjudicada num valor total de 48.000 euros. -----

Sobre o "índice da transparência do Município", o Senhor Presidente da Câmara Municipal comentou que esse índice é elaborado tendo por base as páginas eletrónicas dos municípios e não se pode avaliar a transparência efetiva de um município através da sua página Web. No entanto, já deu indicação ao Gabinete de Informática para melhorar certos parâmetros que constam do sítio eletrónico e que poderão, eventualmente, estar em falta, sublinhando que ainda existem cerca de cem municípios colocados atrás de Terras de Bouro nessa tabela de "transparência". Já no que diz respeito ao prazo de pagamentos por parte do Município de Terras de Bouro, que se encontra entre os melhores do país, e a tantas outras situações que dignificam o nosso concelho, isso já não interessa para o Sr. deputado do MPT, salientou o Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

---- No que diz respeito aos edifícios em ruínas na vila do Gerês, é da responsabilidade dos proprietários fazer as intervenções de segurança. Uma vez que os proprietários não querem ou não podem intervir, será o município, por uma questão de segurança, que irá assumir as intervenções necessárias, após o procedimento administrativo competente. Muito provavelmente, o município nunca mais será ressarcido das despesas que terá de efetuar, concluiu. -----

---- De seguida e já sobre o Centro Interpretativo da Serra Amarela, na margem da albufeira de Vilarinho da Furna, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a mesma obra foi adjudicada por cento e cinquenta mil euros a uma empresa de Terras de Bouro, sem outros gastos, com tudo incluído. Trata-se de uma obra cofinanciada pelos fundos comunitários e consta da requalificação de uma área que se encontrava num estado bastante degradado. A EDP cedeu ao Município essa área por tempo indeterminado e, por isso, não compreende a preocupação do Sr. deputado do MPT quanto às atitudes que a EDP poderá ter no futuro. Quanto à preocupação manifestada pela sua localização, o que interessa realmente é a recuperação e utilização como um espaço útil e aprazível e que promova e divulgue uma área tão procurada e apreciada pelos turistas como aquela onde está inserida. A obra de requalificação de uma estrutura em betão, que manchava a beleza da albufeira de

Vilarinho da Furna, para Centro Interpretativo é digna de elogio, sendo estranha e incompreensível a reação negativa a esta obra repetidamente manifestada pelo deputado do MPT, comentou o Sr. Presidente. -----

----- Passando depois ao loteamento do Bairro da Caniçada, em Valdosende, a urbanização do espaço fica a cargo da câmara municipal, o que é realmente uma grande preocupação pelos encargos que acarreta, mas é o que está no protocolo assinado pelo anterior executivo municipal com a EDP, sublinhando ainda o Sr. Presidente da Câmara Municipal que se trata de um processo herdado, que foi concluído sem a avaliação da capacidade financeira do Município para tal. -----

----- Sobre a intervenção do senhor deputado Manuel Cerqueira, o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que as obras do passeio em madeira em Rio Caldo vão ser resolvidas o mais rápido possível e relativamente ao acesso ao espelho de água através da Marina, para clubes da região, os funcionários limitam-se e bem a cumprir as regras instituídas, pois não têm competências para tomar decisões que envolvam taxas. Contudo, os clubes náuticos da região têm acesso gratuito à albufeira através da Marina e merecem todo o apoio por parte do Município. Todas as situações de utilização da Marina por clubes ou equipas devidamente organizadas têm sempre a melhor atenção por parte do Município. Por isso, não lhe parecem justas ou fundadas as críticas ou observações do deputado Manuel Cerqueira. -----

----- À situação exposta pela senhora deputada Sónia Coura, o Senhor Presidente da Câmara Municipal lamentou o sucedido, que assumiu como responsabilidade sua, e apresentou um pedido de desculpas à senhora deputada e a todos os membros da comissão organizadora das comemorações dos 500 anos do foral manuelino de Terras de Bouro. -----

----- Continuando este período e agora sobre as palavras do senhor deputado José Alberto Martins, o Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu o reconhecimento do êxito das atividades evidenciadas e informou que o custo da presença da TVI, na Feira de S. Martinho, foi de 11.700 euros (distribuídos pela estadia e alojamento dos elementos das equipas de montagem, produção, apresentação, etc.), sendo que o evento, na totalidade, terá orçado em cerca de 25.000 euros, o que dado o retorno económico e a visibilidade obtida, foi, realmente, excelente. No mesmo evento e sobre a cerimónia de abertura, lamentou-se também pela pouca presença de público e de convidados, mas compreende a vida profissional e pessoal das pessoas que poderá justificar as ausências de muitos convidados. -----

----- Sobre o balanço anual negativo da atividade do Município, apresentado pelo senhor deputado, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que não concorda com tal avaliação, embora reconheça, como é normal, que algumas coisas correram muito bem, outras bem e outras ainda menos bem, mas também é verdade que se tem vindo a melhorar e a progredir consideravelmente. Não aceita a crítica da segurança rodoviária, quando o atual executivo em permanência já pavimentou mais de 100 Km de vias municipais. Aproveitou também o Senhor Presidente da Câmara Municipal para anunciar a adjudicação à empresa *Bricantel* da construção das estruturas de apoio à praia fluvial do rio Homem, na sede do concelho, e melhoramento nas margens do rio, uma intervenção importante que melhorará a atratividade turística do rio Homem, sublinhou. À possibilidade de um protocolo na área da saúde com a ARS Norte, o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que o Centro Municipal de Valências já presta e assegura muitos serviços de enfermagem e de saúde que até aqui não estavam disponíveis e tão próximos da população, sobretudo mais idosa e que o Ministério da Saúde é que deveria ter, por si só, propósitos mais concretos relativamente a esta franja da população. O Sr. Presidente acrescentou que o Município tem colaborado com o Centro de Saúde de Terras de Bouro em várias ações de promoção da saúde, assumindo-se como um parceiro ativo nesta área. -----

----- A piscina municipal na sede do concelho será alvo de uma intervenção em breve, pela empresa "Henrique e Filhos", já que, afirmou o Senhor Presidente, irá ser acionada a garantia bancária que permitirá a realização das obras necessárias à reabertura da piscina. -----

----- No que concerne ao Parque da Vila, obra que ainda não foi possível concretizar, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que esta será das primeiras obras a avançar depois da abertura do novo quadro comunitário e da resolução jurídica da hipoteca de um terreno integrado no projeto e que já foi pago ao proprietário pelo executivo anterior sem ter verificado a existência da hipoteca. -----

----- Ainda nesta fase e sobre a revisão do PDM, o Senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou um documento aos senhores deputados, elaborado pelo senhor Engenheiro Jerónimo Correia, Chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo, sobre o ponto da situação do novo PDM e onde se explica que o processo de revisão está próximo de estar concluído, pois no próximo mês de janeiro realizar-se-á a última reunião da Comissão de Acompanhamento, podendo o novo PDM ser submetido a apreciação do executivo municipal no primeiro trimestre do ano de 2015, para abertura do período de apresentação e discussão pública. -----

----- Já sobre o tempo que a CIM – Cávado demorou para dar resposta a pedidos de informação solicitados pelo Sr. deputado José Alberto Martins, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que tal reparo poderá ser feito junto dos serviços daquela Comunidade Intermunicipal. A propósito dos pedidos solicitados à CIM – Cávado pelo Sr. deputado, que visavam obter informação sobre a taxa de execução dos projetos dos fundos comunitários pelo Município de Terras de Bouro, o Sr. Presidente referiu que o mesmo deputado deveria informar esta Assembleia de que a taxa de execução do Município de Terras de Bouro se situa em 98%, sendo a melhor taxa de execução dos seis municípios da CIM – Cávado. -----

----- À intervenção do senhor deputado António Lages, o Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu as palavras elogiosas e registou a sua pertinência, já que os grandes acontecimentos desportivos e culturais que se têm sucedido no concelho dignificam e promovem imenso Terras de Bouro. -----

----- Neste período pediu a palavra o senhor Vereador, Dr. António Afonso, que começou por afirmar que relativamente à situação dos terrenos hipotecados para o Parque da Vila não acompanhou o processo na totalidade e já sobre o Bairro da Caniçada, não foi um mau negócio para o Município, já que foi um processo que se arrastou por doze anos. As infraestruturas tinham que ser assumidas pela câmara municipal e o património que passou da EDP para o município é sem dúvida uma mais-valia importante, afirmou o senhor vereador. -----

----- Sobre este último assunto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal assumiu novamente a palavra para afirmar que a avaliação anteriormente feita de alguns lotes, com valores próximos dos 40.000 ou 50.000 euros, foi claramente desproporcionada e irrealista, originando depois a impossibilidade da sua venda, com as consequências nefastas daí advindas e que se procuram agora resolver. -----

----- Logo depois, o senhor Presidente da Assembleia Municipal usou igualmente da palavra para dizer que, realmente, no protocolo do Bairro da Caniçada entre o Município e a EDP, a execução das infraestruturas por parte do Município diz respeito a todo o loteamento, inclusive a parte já existente, o que irá onerar consideravelmente a intervenção do Município. Há dez anos, este processo assumiria contornos económicos e demográficos diferentes dos que assume hoje e daí as dificuldades que estão hoje presentes em todo o processo, sublinhou o senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- Intervenção do Público. -----

----- Registou-se a intervenção do senhor Horácio Nunes, da vila do Gerês, que apresentou nesta assembleia municipal uma situação de perigo de desmoronamento de duas casas em ruínas e que estão “encostadas” à sua habitação, colocando assim em perigo de vida a sua família. Poderá acontecer, a qualquer momento, uma tragédia, sublinhou o senhor Horácio Nunes, que pediu a intervenção urgente do município, nomeadamente da Proteção Civil, falando ainda em posse administrativa por parte da câmara municipal como forma de resolver o mais depressa possível este grave problema. -----

----- A esta intervenção respondeu o Senhor Presidente da Câmara Municipal, informando que o processo está a ser acompanhado pelo senhor Engenheiro Jerónimo Correia, da DPU do município e que já deu instruções ao senhor Carlos Brazão, da Fiscalização Municipal, para iniciar as obras de reposição da segurança no referido local e noutros locais da vila do Gerês. -----

----- Terminado este período, entrou-se, de seguida, na discussão da Ordem de Trabalhos, da qual constam os seguintes pontos, depois das introduções já efetuadas no dia de hoje: -----

1. **Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do n.º 2, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;** -----
 2. **Análise e votação da Proposta sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis;** -----
 3. **Análise e votação da Proposta sobre a participação variável no IRS;** ---
 4. **Análise e votação da Proposta sobre a Derrama;** -----
 5. **Análise e votação da Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem;** -----
 6. **Análise e votação de “Constituição da Sociedade Unipessoal da ADERE-PG”;** -----
 7. **Análise e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para 2015.** -----
 8. **Designação do representante da Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do Agrupamento ACES Cávado III Gerês/Cabreira.** -----
 9. **Análise, discussão e votação sobre a Proposta de manifestação de insatisfação dos utentes do Centro de Saúde de Terras de Bouro e de Rio Caldo.** -----
-

----- Dando cumprimento ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou imediatamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que procedeu à apresentação das atividades do Município realizadas após a última reunião deste órgão, nomeadamente no que diz à Divisão de Planeamento e Urbanismo, a conclusão prevista da revisão do Plano Diretor Municipal, a elaboração de projectos individuais e de apoio às juntas de freguesia. Sobre a Divisão de Obras Municipais, o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu-se à reabilitação de várias vias municipais, às obras da reabilitação da Piscina Municipal, de igual forma à reabilitação do passeio de Rio Caldo e ainda à requalificação da Vila Termal do Gerês (Arranjo da Praceta Honório de Lima). O senhor Presidente abordou ainda as seguintes atividades deste período: comemoração do Dia Internacional do Idoso pelo Centro Municipal de Valências; a realização do XVI Convívio Sénior de Terras de Bouro, com um especial agradecimento à Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez pela cedência do local para o evento; as Comemorações dos 500 anos do Foral de Terras de Bouro e o seu regozijo pelo sucesso das mesmas junto dos terrabourenses; a realização do ciclo de conferências: "Terras de Bouro: muito passado, mais futuro"; a criação do Plano Municipal para a Igualdade; a realização de vários workshops no Centro Municipal de Valências; as atividades do Projeto Bem Envelhecer; a Feira de S. Martinho, este ano com a presença da TVI; e ainda uma referência ao concurso para arrendamento do Bar da Marina de Rio Caldo. -----

----- Ainda sobre a atividade do município, mas no campo financeiro, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o valor da receita cobrada até 20 de novembro era de 8.343.059,14 euros e o valor da despesa efetuada até à mesma data era de 8.289.152,25 euros. -----

----- Sobre este ponto não aconteceu qualquer inscrição ou consideração por parte dos membros da assembleia municipal. -----

----- No que diz respeito ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos, "**Análise e votação de Proposta sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis**", o Senhor Presidente da Câmara começou por apresentar a proposta e informar que o valor em causa justifica-se pela conjuntura económica atual. -----

----- Aberto o período de inscrições, não aconteceu qualquer inscrição e colocado à votação de imediato, foi aprovado o segundo ponto da ordem de trabalhos por unanimidade. -----

----- No que diz respeito ao terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, "**Análise e votação de Proposta sobre a participação variável no IRS**", o senhor Presidente da Câmara Municipal tomou o uso da palavra, referindo que o valor para o ano de 2015 pretendido pelo Município é de 5%, assente numa justificação de aplicação de justiça e coerência social. Essa foi a deliberação do executivo municipal, por maioria, com os votos contra dos dois vereadores da oposição. O Senhor Presidente da Câmara Municipal sublinhou que o alívio da carga fiscal deve ser uma medida do Governo e não das autarquias que já passam por tantas dificuldades, não estando assim em condições de abdicar de receitas a que têm legalmente direito. -----

----- Aberto o período de inscrições, assumiu a palavra o senhor deputado José Alberto Martins, conforme documento que, de seguida, se transcreve: Declaração de Voto: "Os membros da Coligação Juntos por Terras de Bouro, declararam o seu voto contra na votação da Proposta sobre a participação variável no IRS. -----

A Lei das Finanças Locais prevê que os Municípios podem prescindir da participação até ao limite de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal, neste caso, no concelho de Terras de Bouro, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1, artigo 78º do código do IRS. -----

Por outro lado não há um sinal de esperança e de alívio da carga fiscal para com os residentes em Terras de Bouro. O que poderia muito bem ser feito com a redução da comparticipação no IRS, revertendo a participação para os Municípios e criar um incentivo para os que pretendam optar por fixar a seu domicílio fiscal em Terras de Bouro".-----

----- Sobre este mesmo tema, o senhor Vereador António Cunha pediu o uso da palavra, que lhe foi concedido, para dizer que se o Governo aumenta os impostos para os mais ricos, ou para os que mais ganham, com esta medida a Câmara Municipal agora irá fazer o mesmo, sublinhou. -----

----- Colocado à votação de imediato, foi aprovado o terceiro ponto da ordem de trabalhos, por maioria, com oito votos contra e uma abstenção. -----

----- No que diz respeito ao quarto ponto da Ordem de Trabalhos, "**Análise e votação da Proposta sobre a Derrama**", foi aberto o período de inscrições para intervenções, não se tendo registado qualquer pedido. O senhor Presidente da Câmara Municipal leu a proposta, que fixa os seguintes valores: lançamento de uma derrama de 1,4% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas e uma taxa reduzida de derrama, de 0,2%, para os sujeitos

passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse € 150.000,00. -----

---- Após a leitura do documento, colocou-se à votação o quarto ponto da Ordem de Trabalhos, tendo este sido aprovado por unanimidade. -----

----- Seguidamente foi apresentado o quinto ponto da ordem de trabalhos “Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem”, apresentando o senhor Presidente da Câmara Municipal a seguinte proposta, aprovada pelo Executivo Municipal: Proposta: (...) ao abrigo do número dois do artigo centésimo sexto do referido diploma legal o estabelecimento de uma TMDP, para o ano de dois mil e doze é de zero, vinte e cinco.

----- Aberto o período de inscrições para intervenções, registou-se o pedido do senhor deputado Manuel Sousa, do MPT, que afirmou, sobre esta matéria, apresentar a sua abstenção por se tratar de um funcionário de uma empresa de telecomunicações. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o ponto cinco da Ordem de Trabalhos, tendo este sido aprovado por maioria, com a abstenção supra referida. -----

----- A sessão prosseguiu com a apresentação do sexto ponto da ordem de trabalhos, tendo o senhor Presidente da Câmara Municipal afirmado que a criação desta sociedade unipessoal da ADERE-PG, vem na sequência da falta de apoios manifestado pelo ICNF que, simplesmente, abandonou a instituição e agora trata-se da sobrevivência da própria instituição que está em causa. Também é um facto, sublinhou, que a criação desta empresa trará uma espécie de concorrência neste setor mas, por outro lado, ampliará a oferta e alargará o turismo a outros mercados. -----

----- Aberto o período de inscrições, não aconteceu qualquer intervenção. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o sexto ponto da Ordem de Trabalhos, este foi aprovado por unanimidade. -----

----- O sétimo ponto, “*Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para 2015*” foi apresentado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e imediatamente explanado pelo senhor Presidente do Município que informou também a inclusão, no documento, de três propostas do Conselho Municipal da Juventude que foram aprovadas conforme a Lei. -----

----- Sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para 2015, o Presidente da Câmara Municipal iniciou a apresentação destes Documentos Previsionais, referindo que, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea c) do n.º 1 do artigo

33.º, o Executivo Municipal apresenta à Assembleia Municipal de Terras de Bouro os documentos com as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento do Município (OM) para o ano de 2015, que contêm também o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as opções estratégicas para o presente e o futuro do concelho. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara passou a expor o seguinte, que se transcreve: "As Grandes Opções do Plano para o ano de 2015 assentam nos objetivos estratégicos que desde o início da nossa gestão autárquica definimos para o nosso concelho: continuar o equilíbrio das contas do Município; promover o emprego; combater a perda de população; melhorar a qualidade de vida (acessibilidades, saneamento, abastecimento de água, apoios sociais, educação, eventos culturais, desportivos, etc.); tornar o concelho atrativo ao investimento privado; promover o desenvolvimento económico do concelho alicerçado no turismo e na agricultura; dinamizar cada vez mais as estruturas municipais (Centro de Animação da Vila do Gerês, Centro Náutico de Rio Caldo, Postos de Turismo, Museus, Centros Interpretativos, Piscinas Municipais, Ginásios, Casa dos Bernardos, Postos de Internet, Centro Municipal de Valências de Terras de Bouro e do Gerês, etc.). -----

----- Face a estes objetivos estratégicos, continuaremos a apostar na melhoria das acessibilidades, na eficiência do abastecimento domiciliário de água e do saneamento básico, no apoio à construção de habitação própria para jovens e grupos carenciados, no apoio aos agricultores, empresários, jovens e idosos, na requalificação de espaços públicos, na recuperação do património histórico e cultural, na dinamização social, cultural e desportiva, na valorização do turismo, na promoção do concelho, na atração de investidores, no equilíbrio entre as receitas e as despesas do Município. -----

----- Ao nível do emprego e da sustentabilidade económica das pessoas, o Município procurará: - manter contactos e incentivar os empresários para investirem no nosso concelho em diversas áreas (turismo, agricultura, comércio, indústria, etc.); - favorecer o apoio técnico e financeiro na elaboração de projetos para candidaturas a fundos comunitários no âmbito da agropecuária e do turismo rural; - incrementar a atividade turística, alavanca da economia do concelho, através de várias iniciativas e atividades; - manter a eficácia do Gabinete de Apoio ao Agricultor; - apoiar a integração de munícipes como trabalhadores da autarquia, ao abrigo do Regulamento de Apoio a Estruturas Sociais Desfavorecidas; - divulgar e concretizar medidas de apoio ao emprego e de qualificação profissional, através do Gabinete de Inserção Profissional (GIP); - promover o emprego através de Contratos Emprego-Inserção e Estágios

Profissionais; - promover e apoiar os cursos de Educação e Formação de Adultos; - apoiar e dinamizar o empreendedorismo. -----

----- Ao nível da ação social, a aposta continuará no apoio à melhoria das condições de habitabilidade das famílias mais carenciadas, nas atividades que promovam o envelhecimento ativo, na ação social escolar, no apoio à natalidade, na organização de ATL durante as férias escolares, no desenvolvimento social e comunitário, através da loja social, do banco local de ajudas técnicas, do serviço de atendimento e acompanhamento social e do Centro Municipal de Valências de Apoio à Comunidade, que tem contribuído decisivamente para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes. -----

----- Procuraremos atenuar a situação preocupante dos jovens, muitos deles desempregados e sem perspetivas de futuro, através da dinamização do Conselho Municipal da Juventude, do Gabinete de Inserção Profissional como uma estrutura de apoio aos Jovens; da criação do Gabinete de Apoio à Juventude e ao Associativismo; na orientação e apoio aos jovens na procura de emprego e na criação de empresas; no desenvolvimento de atividades de ocupação de tempos livres; no lançamento do concurso concelhio de empreendedorismo e ideias de negócio. O Município manterá os vários apoios para a fixação de jovens, como a elaboração gratuita de projetos para habitação e para estruturas que, no âmbito do empreendedorismo, possam criar emprego, reduzindo em pelo menos 50% as taxas municipais. -----

----- O turismo surge como uma oportunidade estratégica para o desenvolvimento económico e criação de emprego. Terras de Bouro e o Gerês formam um território de turismo único, com uma mística ímpar, conjugando a diversidade paisagística, cultural e patrimonial e a capacidade de resposta em áreas fundamentais como o termalismo e o bem-estar, a hotelaria, a restauração e o lazer. -----

----- O Gerês é uma das maiores referências no turismo nacional, sobretudo no turismo de saúde e bem-estar e no turismo de natureza, pela história e projeção das Termas do Gerês e pelo valor natural e paisagístico do Parque Nacional da Peneda-Gerês. ----

----- Parte significativa da população do concelho vive direta ou indiretamente do turismo através do trabalho nas termas, nos hotéis, nas casas de turismo rural, nos restaurantes, nos parques de campismo, nas empresas de animação turística, no artesanato, etc. Apostaremos na divulgação do nosso concelho nos meios de comunicação social e nos postos de turismo das principais cidades do norte do país.

Apostaremos na animação turística, através de parcerias e protocolos com instituições e associações do concelho, na organização de eventos, na promoção da gastronomia.

----- Valorizaremos o papel do Conselho Municipal de Turismo de Terras de Bouro, um órgão com carácter eminentemente consultivo, que coopera na política municipal de turismo, apresentando propostas e promove a criação de condições para estimular o desenvolvimento da atividade turística no nosso concelho. -----

----- Continuaremos a concretização do Plano de Valorização Turística de Terras de Bouro que aponta os produtos turísticos estratégicos, a oferta turística (alojamento, restaurantes, trilhos pedestres, animação turística, recursos turísticos), a procura turística, a gestão turística interna na Câmara Municipal e com as empresas e instituições, a comunicação e a aposta na marca GERÊS, os suportes de comunicação *online*. Apresenta várias propostas, como a melhoria da sinalização turística, a certificação do território, a mobilidade, a melhoria da animação turística, a alteração da gestão e da comunicação interna por parte da Câmara Municipal (criação do gabinete de Turismo), etc. É um documento fundamental para melhorarmos a dinâmica do Turismo no nosso concelho. -----

----- Além do turismo, assumimos o setor agrícola como um vetor fundamental de emprego e de economia familiar. Temos no nosso concelho muitas famílias que vivem dos rendimentos do trabalho na agricultura, pecuária e silvicultura. -----

----- Para podermos apoiar eficazmente o setor agrícola, manteremos a dinâmica do «Gabinete de Apoio ao Agricultor» que tem sido um êxito e que oferece vários serviços aos agricultores de forma gratuita. -----

----- Para a imagem e projeção do nosso concelho, é importante investir nas acessibilidades, que contribuem também para o desenvolvimento e o bem-estar das populações. Propomo-nos executar as seguintes obras, estando muito dependentes dos fundos comunitários: acessos aos lugares de Pergoim e Ermida; pavimentação de diversos acessos e ruas em várias freguesias; preservação de todas as vias no interior do concelho. -----

----- Procederemos à requalificação de vários espaços públicos, à melhoria dos sistemas de abastecimento domiciliário de água e de saneamento básico. Manteremos a aposta na preservação do ambiente, apoiando todas as iniciativas e atividades no âmbito da educação ambiental promovidas na Porta do PNPG do Campo do Gerês, pelas escolas do concelho ou de outros concelhos. Com o objetivo de educarmos as nossas crianças e jovens para os valores da cidadania, celebraremos o Dia Mundial do

Ambiente e o Dia Mundial da Floresta, contando sempre com a colaboração do Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro. -----

----- Continuaremos empenhados nos domínios do urbanismo e planeamento do território, da cultura, da educação, do património histórico edificado, da proteção civil, da saúde, do desporto e tempos livres, apresentando inúmeras atividades e iniciativas.

----- Procurando servir cada vez melhor os munícipes, reforçaremos a dinâmica do balcão único de atendimento e disponibilizaremos os serviços do Centro Municipal de Valências de Apoio à Comunidade Local e de todos os gabinetes municipais (Gabinete de Gestão da Qualidade e Auditoria Interna dos Serviços Municipais, Gabinete de Apoio ao Agricultor, Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, Gabinete de Apoio à Juventude e ao Associativismo, Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento Estratégico: apoio a candidaturas a fundos comunitários, ao empreendedorismo, à fixação de empresas, ao desenvolvimento económico, etc; Gabinete Veterinário Municipal; Gabinete Técnico Florestal e Proteção Civil; Gabinete de Gestão de Fundos Comunitários: elaboração e acompanhamento do financiamento de candidaturas municipais no âmbito do QEC (“Portugal 2020” e “Norte 2020”) e apoio na elaboração de candidaturas de particulares aos fundos comunitários no âmbito do PRODER, através da ATAHCA; Gabinete de Inserção Profissional e Apoio à Juventude, Gabinete de Apoio ao Múncipe, Gabinete de Apoio ao Emigrante, Gabinete de Apoio Jurídico, Gabinete de Serviços Municipais de Apoio ao Consumidor. -----

----- Manteremos a descentralização dos serviços municipais através das delegações da Câmara Municipal em Rio Caldo e no Gerês. -----

----- Quanto às obras municipais, importa, desde logo referir que os cinco Municípios do Parque Nacional da Peneda-Gerês e o ICNF elaboraram um “Plano de Ação” para o território do Parque Nacional, que prevê um investimento total de nove milhões de euros. Para o território do Município de Terras de Bouro está previsto um investimento de 1,5 milhões de euros nas áreas de acessibilidades, preservação do ambiente, eficiência energética, mobilidade, recuperação do património edificado e promoção do turismo. Este “Plano de Ação” ainda não tem verbas disponíveis no novo Quadro Comunitário, mas, após as reuniões com o Sr. Presidente da CCDR-N e com o Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, é previsível a sua concretização. -----

----- As obras municipais que mais procuraremos concretizar nos próximos anos serão a construção do Parque da Vila na sede do concelho, a Ecovia Rio Caldo/Gerês, a

construção de pelo menos uma praia fluvial, o alargamento da rede de saneamento básico, a requalificação da rede de Trilhos Pedestres, a valorização da *Geira* – Via Romana e a sua projeção como elemento fundamental do nosso património histórico e cultural. -----

----- A respeito da situação económica e financeira do Município, importa referir que, ao longo da nossa gestão autárquica, reduzimos, em apenas cinco anos, o montante da dívida de médio e longo prazo em 2.062.779,13 €, o que significa uma redução de 37,81%. No final do terceiro trimestre de 2014, a dívida municipal de médio e longo prazo era de 3.392.738,81 €, o que acarretará uma despesa em juros e amortizações, ao longo do ano de 2015, no montante de 373.884,87 €. É nosso propósito, ao longo de 2015, apesar de já termos atingido um desempenho globalmente positivo, continuar a reduzir a dívida de médio e longo prazo e a reduzir o espaço temporal das transferências para as Juntas de Freguesia e para outras Instituições dos montantes deliberados para obras e outros apoios financeiros. -----

----- Em tempo de crise económica e de contenção orçamental, temos conseguido melhorar e equilibrar as contas do Município. Contudo, a situação financeira do Município continua a exigir dos autarcas a seleção criteriosa das obras prioritárias e com possibilidades de se concretizarem e de serem pagas dentro dos prazos exigidos pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. -----

----- No ano de 2015, prevê-se que a receita do Município atinja um valor total de 8.407.712,00 €, resultante das seguintes componentes: a receita própria do Município será de 1.643.950 €; o FEF (corrente e de capital), o FSM e o IRS contribuirão com uma receita de 5.228.307 €; outras transferências poderão atingir o montante de 1.083.030 €; o FEDER, o PO “NORTE 2020” e o FSE contribuirão com 452.410 €. -----

----- As despesas com o Pessoal atingirão o montante de 4.496.612 €; os encargos com empréstimos o valor de 383.000 €; outras despesas de funcionamento: 2.319.000 €. Os ativos financeiros (FAM): 63.100 €; e as despesas do Plano: 1.146.000 €. O total da despesa será de 8.407.712,00 €. -----

----- Finalmente, importa referir que o mapa de pessoal para 2015 não prevê qualquer posto de trabalho vago e não ocupado.” (fim da transcrição) -----

----- Terminada a exposição sobre as Atividades e o Orçamento Municipal para 2015, o Presidente da Câmara apresentou resumidamente as regras e procedimentos complementares necessários ao cumprimento das disposições constantes do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, com as

respetivas alterações, constituindo estes diplomas legais, no seu conjunto, o quadro normativo aplicável à execução do Orçamento do Município no ano de 2015, atentos os objetivos de rigor e contenção orçamental. -----

----- O Presidente da Câmara concluiu deste modo a sua apresentação dos documentos previsionais: “Ao longo de 2015 e nos anos seguintes, continuaremos atentos aos problemas sociais, diligentes com as Instituições de carácter social, cultural e desportivo, empenhados na valorização da agricultura e do turismo e decididos a manter o equilíbrio financeiro do Município. Apresentamos um conjunto significativo de iniciativas e obras que valorizarão o nosso Município nos próximos anos. Por isso, consideramos que as Atividades e o Orçamento Municipal para 2015 evidenciam uma visão objetiva, equilibrada e positiva do futuro de Terras de Bouro, pelo que solicitamos a aprovação pelos Senhores Deputados Municipais dos Documentos Previsionais para 2015.” -----

----- Aberto o período de inscrições e sobre este ponto interveio, em primeiro lugar, o senhor deputado Manuel Sousa, do MPT, conforme documento que de seguida se transcreve na íntegra: “Como elemento da oposição, naturalmente que após leitura e análise do presente orçamento concluo que se trata de um “copy paste” do orçamento de 2014. Façam a comparação página a página e é igual. Os mesmos projetos, as mesmas ideias, as mesmas desculpas, os textos são iguais. Conclusão que tiro daqui: Querem tapar-nos os olhos com páginas e páginas e mais do mesmo. -----

----- Volta a referir para 2015 o que prometeu no orçamento para este ano em relação à requalificação de Escolas desativadas. Se na página 9 fala em habitação social, na 19 defende o aproveitamento para Sedes de Associações ou Instituições, Juntas de Freguesia, etc. Na página 17 deste documento refere a requalificação de vários espaços públicos como sendo uma preocupação do município. Coincidência: confirmo que se trata da mesma requalificação e das mesmas obras do orçamento para 2014. Nesta Assembleia falei na necessidade de melhoria de acessibilidades e como resposta foi falta de fundos. Falou-me na rede de abastecimento de água ineficiente no Gerês, mas não tem dinheiro para resolver e espera pelos Quadros Comunitários. Esperamos que em 2015 estas necessidades e estes problemas sejam corrigidos, apesar de não acreditar que o sejam. -----

----- Vai-me dizer que se trata de uma continuidade do projeto. Em parte compreendo, mas vejo mais promessas para ter programa, mesmo que corra o risco se ser igual ao anterior, na esperança de que os membros desta Assembleia não o leiam. -----

----- Este Orçamento está condicionado à gestão corrente de pessoal e salários, que representa mais de metade dos 8 milhões previstos na receita. Na página 27 compromete-se a "não aumentar despesas com o pessoal", mas na página 8 e 10 refere "o apoio e integração de alguns munícipes como trabalhadores da autarquia". Em que moldes e com que custos acrescidos? Em relação a 2013 temos um aumento das despesas correntes e uma diminuição para metade das receitas de capital. Este orçamento está pouco voltado para o investimento e criação de emprego, apesar das referências. Existe a esperança que o próximo quadro comunitário faça os seus milagres; mas para que esses milagres aconteçam é necessário que as candidaturas sejam aceites. Estamos reféns dos Fundos Comunitários. -----

----- Em conclusão: O argumento da crise económica, ainda que real, não pode ser usado para justificar todos os males ano após ano. Por se tratar de um orçamento sem qualquer perspectiva de melhoria da condição do concelho e por não ser concreto quanto aos projetos essenciais; por ser um orçamento repetido de promessas e por se tratar de mera gestão do aparelho municipal, o meu voto será contra." (fim da transcrição). -----

----- Seguidamente, usou da palavra sobre o sétimo ponto da ordem de trabalhos o senhor deputado José Alberto Martins, da coligação "Juntos por Terras de Bouro" conforme documento que, de seguida, se transcreve na íntegra: "Declaração de Voto: Os membros da Coligação Juntos por Terras de Bouro declararam o seu voto contra na votação dos documentos das Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município para o ano 2015, pelos motivos seguintes: -----

----- Perante as opções do Plano e Orçamento que nos são presentes, para análise e votação, para o ano de 2015, entendem os Membros eleitos pela Coligação Juntos por Terras de Bouro deixar expressa a seguinte posição: -----

----- Esperávamos para 2015 uma estratégia de ação com propostas concretas direcionadas para a criação de emprego e de riqueza, capazes de estancar a desertificação humana e promover a fixação dos mais jovens, a par de um apoio efetivo à coesão social do concelho. -----

----- Este é o segundo Plano e Orçamento apresentado por esta maioria neste mandato. Independentemente das questões técnicas inerentes a qualquer documento este é um documento político que estabelece as prioridades do Município para 2015. --

----- Frequentemente vemos a maioria sublinhar as dificuldades de gestão financeira do seu executivo. É imperioso ter iniciativa, ação e inovação. -----

Entendemos que em momentos menos favoráveis, a Câmara Municipal, mais do que juntar-se ao rol de queixas e lamentos, deve assumir-se como protagonista da mudança e agente decisivo de progresso e desenvolvimento. É isso que os Terrabourenses esperam de um Executivo proactivo e atento. -----

----- Após a leitura atenta aos documentos temos de transmitir que esperávamos mais. Esperávamos uma estratégia clara, uma estratégia de desenvolvimento de progresso. Uma estratégia que acreditamos ser possível de elaborar e concretizar e que confira uma dinâmica que corresponda às expectativas dos Terrabourenses em matérias como o emprego e desenvolvimento económico, a fixação da população, desenvolvimento e projeção cultural e turística do concelho. -----

----- São documentos condicionados pelas dificuldades, certamente. Mas, são igualmente o reflexo de uma determinada opção política. -----

----- Seria expectável que num período de maiores dificuldades se procurasse alternativas de financiamento para novos investimentos que permitissem acrescentar qualidade de vida aos cidadãos do nosso concelho. -----

Um exemplo: Verifica-se que a despesa de capital previsional representa apenas 13,63% relativamente a toda a despesa previsional para 2015. Diminuiu 64,56% relativamente a 2014. -----

----- Ao contrário, na despesa corrente previsional, a rubrica despesas com pessoal aumentou 7,80% relativamente ao ano anterior. Este item apresenta um crescimento de 18,90% face ao ano de 2009, o que representa um aumento em valor de 847.112,00 euros. -----

----- Relativamente ao Orçamento e no âmbito da Receita damos, igualmente, um exemplo: Nas transferências do Estado para ao Município a Câmara prevê arrecadar mais receita. Registamos, igualmente, que a despesa com Empréstimos de Médio e Longo Prazo diminuiu 25,71 % face ao previsto no Orçamento para 2014. -----

----- Sabemos que não é fácil elaborar um documento que agrade a todos e que ao mesmo tempo vá de encontro aos compromissos assumidos. Mas mesmo assim consideramos que as Opções do Plano e Orçamento para 2015 poderiam e deveriam ser mais ambiciosos no que concerne a apostas em estratégias e mecanismos de crescimento da economia local que beneficiaria as famílias, os jovens e os desempregados. (fim da transcrição) -----

----- Ainda sobre o sétimo ponto da ordem de trabalhos, interveio, igualmente, o senhor deputado do Partido Socialista, Filipe Mota Pires, conforme documento que, de

seguida, se transcreve na íntegra: "Declaração de Voto do Partido Socialista -----

----- Os eleitos do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal VOTAM FAVORAVELMENTE o presente Plano e Orçamento para 2015 pelas seguintes razões: -----

1) Trata-se de um Plano e Orçamento realista que têm em consideração a conjuntura social, económica e política local e nacional; -----

2) O Executivo em permanência tem gerido de forma exemplar as contas municipais. Ao contrário do que apregoa a oposição, as receitas correntes municipais têm, nos últimos anos, superado as despesas correntes tal como consta nos documentos de 2013 e de 2014. -----

3) Bem sabemos que a oposição, não raras vezes, enaltece o esforço que o atual Executivo tem feito para reduzir as dívidas a médio-longo prazo. Nunca será demais lembrar que, no último Executivo PSD de 2006 a 2009, a dívida de médio-longo prazo cresceu 1,5 Milhões de Euros. -----

----- No Executivo PS, de 2009 a 2013, a mesma dívida emagreceu cerca de 2,1 Milhões de Euros. No último ano a "dieta" manteve-se. -----

----- Diz-se que tal se deveu a obras feitas, o que não deixa de causar espanto quando sabemos que a maioria das obras ficaram para o atual Executivo pagar. Quem não se lembra das contas da Empresa Arlindo Correia e Filhos, do Pavilhão Gimnodesportivo ou da Piscina Municipal? -----

4) Fala a oposição na falta de investimento e no excesso de gastos com pessoal. Na verdade, e como é do conhecimento geral, ainda não existem regulamentos ao nível do poder central que regulem e orientem em relação ao novo Quadro Comunitário de Apoio. Mais uma vez, reforçamos a ideia do realismo do atual Plano. Era fácil inventar investimentos e inscrever projetos. Quem não se lembra da placa com o projeto de uma piscina municipal que foi colocado pelo Executivo do PSD em 2005 algures em Moimenta, imediatamente antes das eleições autárquicas desse ano? A verdade é que a piscina só foi concretizada anos mais tarde. -----

5) Quanto a gastos com pessoal, é bem verdade. Mais atividades e eventos no concelho, mais valências, mais associações, mais infraestruturas fazem com que sejam necessários mais funcionários e mais horas de serviço. -----

----- Podíamos enumerar vários exemplos do que referimos anteriormente. Sublinhamos os eventos de desporto na natureza que têm divulgado e projetado o concelho além-fronteiras e trazem milhares de pessoas a Terras de Bouro, como o Gerês Granfondo Cycling Road, o Gerês Trail Adventure, as provas de BTT,

orientação e canoagem, entre outros. -----

---- Aliás, o ano de 2014 está a ser marcado por grandes manifestações desportivas e culturais, assim esperamos que seja em 2015. -----

----- Sublinhamos e Parabenizamos ainda o Executivo pelas recentes comemorações dos 500 Anos da atribuição do Foral Manuelino, bem como a fantástica Feira-Mostra de S. Martinho. -----

----- Gostaríamos ainda de enaltecer o trabalho dos Centros de Valência entretanto criados com inúmeros serviços prestados à comunidade e imensas atividades desenvolvidas. Serviços de enfermagem, psicologia, apoio ao estudo, aulas de música, artes marciais, danças, Atl's em todas as paragens e férias letivas, entre outros serviços. -----

---- Por ultimo, -----

6) O concelho não se pode extinguir! Bem sabemos que é apanágio de alguns que, quando não mandam ou detêm o poder, preferem acabar com as organizações/instituições. Foi assim com a Cooperativa Agrícola, votando os agricultores ao abandono, foi assim com a Geira 2000, mas não será assim com o concelho. O Partido Socialista assumirá sempre as suas responsabilidades! -----

----- Existe uma estratégia e um plano para a concretizar! O melhor exemplo disso mesmo é o Plano de Valorização dos Recursos Turísticos do Concelho. Tanto se fala da importância do Turismo para o concelho, mas a verdade é que foi o atual Executivo que avançou com um Plano estratégico feito por uma empresa credenciada. Em termos turísticos, não só alicerça as suas decisões em estudos credíveis, como continua a dinamizar o Conselho Municipal de Turismo. -----

----- Tanto o Plano de Valorização como o Conselho Municipal de Turismo ainda recentemente foram bastante elogiados pela Associação Gerês Viver Turismo que agrega, como sabem, dezenas de operadores e empresários turísticos do concelho. ---

7) Votamos, portanto, favoravelmente os Documentos Previsionais para 2015".-----

----- Posteriormente, o Senhor Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra para dizer que os fundos comunitários irão ainda possibilitar a concretização de várias obras. Sem os fundos comunitários são reduzidas as possibilidades de investimento quer dos municípios quer dos privados. Sobre as referências às taxas de natalidade no concelho, a verdade é que é um fenómeno nacional que tristemente se acentua, pois a cada dez anos o concelho perde mil pessoas. É uma situação demográfica que vem desde as duas últimas décadas do século passado e que continua como resultado da

crise económica e também da mudança de mentalidades relativamente aos casais mais jovens que optam por ter cada vez menos filhos. Ainda assim, salienta-se o investimento privado no concelho como tentativa de inverter esta situação, como os parques de campismo, o Intermnarché, a recente requalificação do Hotel de S. Bento e outros. -----

----- Colocado logo depois à votação, o sétimo ponto da Ordem de Trabalhos foi aprovado por maioria, com sete votos contra. -----

----- No que diz respeito ao oitavo ponto da Ordem de Trabalhos, *Designação do representante da Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do Agrupamento ACES Cávado III Gerês/Cabreira*, foi designado, por unanimidade, o senhor Manuel João Sampaio Tibo como representante desta assembleia no referido órgão. -----

----- No que diz respeito ao nono ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal procedeu à leitura da Proposta apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta, senhor Manuel João Sampaio Tibo, conforme documento que, de seguida, se transcreve na íntegra: Proposta:” Proponho à Assembleia Municipal que seja dado conhecimento à Administração Regional de Saúde do Norte, através do Agrupamento ACES Cávado II – Gerês / Cabreira, da total insatisfação dos utentes do Centro de Saúde de Terras de Bouro e Extensão de Saúde de Rio Caldo, pela falta de médicos, enfermeiros, assistentes técnicos e assistentes operacionais. -----

----- Dado que estes utentes esperam há muito que lhes seja prestado um serviço ao qual têm direito, a proteção do seu bem mais precioso, não tendo qualquer serviço localizado e de proximidade que possa servir de alternativa ao serviço público em situações extremas nesta área. -----

----- Assim, solicita-se que a Administração Regional de Saúde do Norte, através do Agrupamento ACES Cávado II Gerês / Cabreira, solucionasse estes recursos dos quais resultam imensos prejuízos para os seus utentes. -----

----- Neste sentido, proponho que toda a Assembleia Municipal se pronuncie sobre esta proposta e que seja submetida a votação. Depois da votação deve ser assinada por todos os presentes e enviada à Administração Regional de Saúde do Norte. -----

----- Assinado: Manuel João Sampaio Tibo, Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta”. (fim da transcrição da proposta) -----

-

----- Colocado logo de seguida o nono ponto da ordem de trabalhos à consideração da Assembleia Municipal, foi aprovada a supra Proposta, por unanimidade, sendo que da

mesma deliberação e teor do documento será dado conhecimento às entidades mencionadas. -----

----- Nesta parte final da sessão, o deputado da "Coligação Juntos por Terras de Bouro", senhor José Alberto Martins, pediu a palavra para desejar a todos um Feliz Natal. -----

----- De igual forma, o senhor Vereador António Cunha usou da palavra para informar que estará sempre presente nos eventos do município, assim a sua vida pessoal e profissional o permita. -----

----- Como conclusão, o senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu estas intervenções e apelou, mais uma vez, à presença de todos os elementos nas atividades concelhias ou, se tal não for possível, que se façam representar nas mesmas. -----

----- E nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal formulou, igualmente, a todos os presentes os "*Votos de um Feliz Natal e de um Bom Ano Novo*", dando por encerrada a sessão, eram 00:00 horas, da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e por mim que a secretariei.

O Presidente da Assembleia Municipal

Guilherme José Coelho Alves

O Secretário da Assembleia Municipal

[Assinatura]